

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF

Grande área:

Ciências Sociais Aplicadas

Projeto:

BIOTECNOLOGIA E CONDIÇÃO HUMANA

Autores:

LETÍCIA ALONSO DO ESPIRITO SANTO (XIX BIC 2011/2012)

ARTHUR ANTUNES AMARO NEVES (XIX BIC 2011/2012)

DENIS FRANCO SILVA (ORIENTADOR)

Resumo:

O corpo desfruta atualmente de um lugar privilegiado como objeto de estudos, com o surgimento de inúmeras pesquisas e ensaios acerca deste; seja uma história do corpo, uma sociologia do corpo ou mesmo um direito do corpo.

Quando a temática do corpo associa-se à das aplicações do saber biotecnológico surgem acirrados debates, discutindo-se principalmente as implicações da aplicação do segundo ao primeiro.

Tais debates encontram-se voltados principalmente para questões ligadas à engenharia genética. Paralelamente, entretanto, encontra-se um amplo campo de investigação relativo a um conteúdo também polêmico e relacionado à forma pela qual se insere a pessoa no espaço e no tempo através de seu corpo: as tecnologias de aprimoramento humano, ou human enhancement.

No campo da filosofia moral já existe um acirrado debate entre aqueles favoráveis aos procedimentos de aprimoramento humano - como Nick Bostrom, Julian Savulescu e outros - e os chamados Bioconservadores - podendo-se citar, entre os últimos, Francis Fukuyama e Jürgen Habermas.

Entretanto, no campo do direito verifica-se acentuada escassez de pesquisas sobre o tema. Além disso, a abordagem das questões relativas às modificações corporais e alterações da base biológica da pessoa são tratadas de maneira dúbia, qual seja: garante-se um direito subjetivo ao próprio corpo como forma de proteção frente a modificações heterodeterminadas que, entretanto, encontra-se limitado pela estrutura dogmática tradicionalmente a ele conferida, notadamente pelas características de indisponibilidade e irrenunciabilidade que se lhe atribuem. Isto implica que atos de disposição ou renúncia, ainda que autodeterminados, sejam situados pelo direito como exteriores à esfera privada de autodeterminação de interesses.

O problema pode ser expresso como segue: considerando-se que o conteúdo dos direitos de personalidade é informado por uma concepção substancial de pessoa e que esta concepção, através do conceito de dignidade da pessoa, funda-se na idéia de autonomia existencial, como devem ser tratadas as aspirações subjetivas de modificação ou aprimoramento da base biológica da pessoa?

Como se pode ver, o problema refere-se a como devem ser compreendidos os direitos de personalidade, ou o direito geral de personalidade, diante das novas possibilidades e riscos com os quais acena a evolução do conhecimento biotecnológico.